

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 531.772 - RO (2019/0266558-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**REQUERENTE : MAXMILIANO HERBERTT DE SOUZA**  
**ADVOGADO : JAQUELINE MAINARDI - RO008520**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração formulado por **MAXMILIANO HERBERTT DE SOUZA**, de decisão em que indeferi o pleito liminar.

O requerente insiste na tese de nulidade da sentença condenatória por cerceamento de defesa, em razão do Juiz não ter apreciado todas as teses defensivas, assim como no fato de se valer do depoimento de testemunhas que não presenciaram os fatos.

Requer, assim, a reconsideração do *decisum* para anular a sentença e expedir alvará de soltura.

**É o relatório.**

Decido.

O pedido não merece acolhimento.

Apesar de apresentadas informações pelas instâncias ordinárias, não verifico qualquer inovação capaz de alterar o *decisum* de e-STJ, fl. 58.

A verificação da apontada ilegalidade sustentada pela defesa depende do exame acurado dos autos, de forma que o parecer ministerial é imprescindível à análise do mérito da presente impetração.

Por certo, a concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial, o que não verifico, ao menos neste momento.

Diante do exposto, **indefiro** pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator